



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2019**

**ARP Nº. 90/2019**

**PROCESSO Nº. 0001158-67.2019.6.22.8000 - SEI**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 34/2019**

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP: 76.805-859, por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, RESOLVE, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZACAO EM INFORMÁTICA S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº. 19.877.285/0002-52, com sede SHN Quadra 02, Bloco F, Sala 1003, Edifício Executive Office Tower, Bairro: Asa Norte, CEP: 70.702-906. Brasília/DF. Telefone(s): (85) 3466-8000 e (85) 98773-1130, E-mail(s): [alexandre.mota@lanlink.com.br](mailto:alexandre.mota@lanlink.com.br), [adm.licitacao@lanlink.com.br](mailto:adm.licitacao@lanlink.com.br) e [reginaldo.pontes@lanlink.com.br](mailto:reginaldo.pontes@lanlink.com.br), neste ato representada pelo Senhor **ALEXANDRE MOTA ALBUQUERQUE**, brasileiro, portador do RG nº. 93001004190/SSP-CE, e CPF nº. 261.138.723-00, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

**1.1.** Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Grupo/Lote 1						
Item	Descrição	Prazo de Vigência	Part-number	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
01	Exchange Server Enterprise SftSA	36 meses	AAA03743	02	14.302,85	28.605,70
02	Exchange Server Std User CALSA	36 meses	AAA03439	400	316,80	126.720,00
03	Project Professional	-	AAA03469	30	4.423,82	132.714,60

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	SL					
04	Project Server SftSA	36 meses	AAA03718	02	20.004,50	40.009,00
05	Project Server User CALSA	36 meses	AAA03374	100	783,50	78.350,00
06	Sharepoint Server SftSA	36 meses	AAA03713	02	23.998,69	47.997,38
07	Sharepoint Server Std User CALSA	36 meses	AAA03354	100	439,21	43.921,00
08	Skype for Business Server SftSA	36 meses	AAA04626	03	12.874,73	38.624,19
09	Skype for Business Server Std User CALSA	36 meses	AAA03384	400	145,51	58.204,00
10	Skype for Business Server Ent User CALSA	36 meses	AAA03845	90	495,88	44.629,20
11	SQL Server Std Core 2 SftSA	36 meses	AAA03753	02	11.511,35	23.022,70
12	Windows Server Data Center Core 2 LSA	36 meses	AAA30380	32	4.665,18	149.285,76
13	Windows Server Data Center Core 2 SftSA	36 meses	AAA30385	40	2.023,98	80.959,20
14	Windows Server User CALSA	36 meses	AAA03790	400	133,30	53.320,00
<b>Valor total do Grupo/Lote 1</b>					<b>R\$ 946.362,73</b>	

**1.2.** No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Nota de Empenho de Despesa.

**1.3.** As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas na respectiva Nota de Empenho.

**1.4.** O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, **15 (quinze) dias corridos**, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

**1.5.** O software e chaves de ativação deverão ser disponibilizados ao TRE-RO através do site de gerenciamento de licenças do fabricante do software adquirido, no qual seja possível efetuar download, e as notas fiscais deverão ser entregues, em via eletrônica, no endereço de E-mail: [contratosti@tre-ro.jus.br](mailto:contratosti@tre-ro.jus.br), sendo que, diante da total impossibilidade de envio eletrônico, poderão ser protocoladas no TRE-RO, sito à Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixa União, Porto Velho/RO - CEP 76.805-859.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**1.6.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**1.7.** A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

**1.8.** No TRE-RO, a Gestão desta ARP será exercida pelo titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação – COSEIC, e a fiscalização desta ARP será exercida pelo titular da Seção de Infraestrutura e Comunicação - SEINC, ou aos seus respectivos substitutos, em caso de ausência dos titulares mencionados.

**1.9.** Não houve formação do Cadastro de Reserva desta Ata de Registro de Preços, devido à falta de fornecedores aptos à formação do Cadastro.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 13 de dezembro de 2019.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	<b>ALEXANDRE MOTA ALBUQUERQUE</b> Pela Adjudicatária Fornecedor
<i>Fábia Maria dos Santos Silva</i> CPF: 567.849.102-49 1ª Testemunha	<i>Roberto Cavalcanti</i> CPF: 255.812.874-49 2ª Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 13/12/2019, às 17:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE MOTA ALBUQUERQUE, Usuário Externo**, em 16/12/2019, às 13:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 16/12/2019, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 16/12/2019, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

## **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 119 - PRES/DG/SAOFC/COMAP**

### **1. INTRODUÇÃO**

**1.1** Este Termo de Referência é elaborado em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Considerando que há grande possibilidade do edital do certame deste objeto não ser publicado até o dia 28/10/2019, este termo de referência está adequado às regras do Decreto n. 10.024, 20 de setembro de 2019, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns na administração pública federal. Observa, também, as regras do Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e, por fim, da Instrução Normativa TRE-RO n. 004, de 30 de outubro de 2008.

### **2. DO OBJETO**

**2.1** Formação de registro de preço para futura e eventual **renovação de programa de licenciamento por volume MPSA (*Microsoft Products and Services Agreement*) para manutenção, atualização e suporte técnico por um período de 36 (trinta e seis) meses e aquisição de novas licenças de softwares Microsoft®.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**2.2** A tabela a seguir especifica os softwares, detalhando os quantitativos que serão renovados e aqueles que serão objeto de nova aquisição. Para contemplar as quantidades de licenças efetivamente existentes atualmente, houve um pequeno ajuste no quantitativo dos itens 4 e 6 em relação ao dimensionado nos estudos preliminares.

<b>Tabela 1 - Objeto</b>					
<b>Grupo</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Prazo de vigência</b>	<b>Part Number</b>	<b>Qua</b>
<b>01</b>	<b>01</b>	Exchange Server Enterprise SftSA	36 meses	AAA-03743	
	<b>02</b>	Exchange Server Std User CALSA	36 meses	AAA-03439	
	<b>03</b>	Project Professional SL	-	AAA-03469	
	<b>04</b>	Project Server SftSA	36 meses	AAA-03718	
	<b>05</b>	Project Server User CALSA	36 meses	AAA-03374	
	<b>06</b>	Sharepoint Server SftSA	36 meses	AAA-03713	
	<b>07</b>	Sharepoint Server Std User CALSA	36 meses	AAA-03354	
	<b>08</b>	Skype for Business Server SftSA	36 meses	AAA-04626	
	<b>09</b>	Skype for Business Server Std User CALSA	36 meses	AAA-03384	
	<b>10</b>	Skype for Business Server Ent User CALSA	36 meses	AAA-03845	
	<b>11</b>	SQL Server Std Core 2 SftSA	36 meses	AAA-03753	
	<b>12</b>	Windows Server Data Center Core 2 LSA	36 meses	AAA-30380	
	<b>13</b>	Windows Server Data Center Core 2 SftSA	36 meses	AAA-30385	
	<b>14</b>	Windows Server User CALSA	36 meses	AAA-03790	

## **2.3 DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO**

### **2.3.1 Item 1: Exchng Svr Ent Svr SftSA - AAA-03743**

Software Assurance referente ao Exchange Server Enterprise para 36 meses;

### **2.3.2 Item 2: Exchng Svr Std User CALSA - AAA-03439**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Software Assurance referente à Licença Cliente de Acesso (CAL) **Standard**, por usuário, do Exchange Server para 36 meses

**2.3.3 Item 3: Project Pro Dev SL - AAA-03469**

Licença perpétua do Project Professional, **SEM** Software Assurance.

**2.3.4 Item 4: ProjectSvr Svr SftSA - AAA-03718**

Software Assurance referente ao Project Server para 36 meses.

**2.3.5 Item 5: ProjectSvr User CIASA - AAA-03374**

Software Assurance referente à Licença Cliente de Acesso (CAL) por usuário do Project Server para 36 meses.

**2.3.6 Item 6: ShrPntSvr Svr SftSA - AAA-03713**

Software Assurance referente ao Sharepoint Server para 36 meses.

**2.3.7 Item 7: ShrPntSvr Std User CALSA - AAA-03354**

Software Assurance referente à Licença Cliente de Acesso (CAL) **Standard**, por usuário, do Sharepoint Server para 36 meses

**2.3.8 Item 8: SkypeBsSvr Svr SftSA - AAA-04626**

Software Assurance referente ao Skype for Business Server para 36 meses.

**2.3.9 Item 9: SkypeBsSvr Std User CIASA - AAA-03384**

Software Assurance referente à Licença Cliente de Acesso (CAL) **Standard**, por usuário, do Skype for Business Server para 36 meses.

**2.3.10 Item 10: Skype for Business Server Ent User CALSA - AAA-03845**

Software Assurance referente à Licença Cliente de Acesso (CAL) **Enterprise**, por usuário, do Skype for Business Server para 36 meses.

**2.3.11 Item 11: SQL Server Std Core 2 SftSA - AAA-03753**

Software Assurance referente ao SQL Server Standard (até 2 cores físicos por licença) para 36 meses;

**2.3.12 Item 12: Win Server Datcr Core 2 LSA - AAA-30380**

Licença do Windows Server Datacenter **COM** Software Assurance para 36 meses.

**2.3.13 Item 13: Win Server Datcr Core 2 SftSA - AAA-30385**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Software Assurance referente ao Windows Server Datacenter (até 2 cores físicos por licença) para 36 meses.

**2.3.14 Item 14: Win Server User CALSA - AAA-03790**

Software Assurance referente à Licença Cliente de Acesso (CAL) por usuário do Windows Server para 36 meses.

**2.2 SUPORTE E GARANTIA:**

2.2.1 Com exceção das licenças de software do item 3, os demais deverão acompanhar garantia por 36 meses, e deverá ser permitido a atualização para as versões mais recentes dos softwares imediatamente após seus lançamentos durante toda a vigência;

2.2.1.1 Para as licenças do item 3, estas deverão acompanhar garantia padrão de 12 meses, sem direitos de atualização para versões mais recentes dos softwares.

2.2.2 A contratada deverá garantir, no mínimo por atendimento diretamente do fabricante, o suporte completo a todos os softwares e serviços contratados, durante toda a vigência do contrato.

2.2.3 O serviço deve dispor de Ponto Único de Contato, com características de Central de Serviços, acessível, por meio de ligação telefônica gratuita, por chat ou portal web, disponível ao menos em horário comercial.

2.2.4 O Ponto Único de Contato deve permitir a abertura e o registro de chamados e incidentes sem limite de quantidade durante a vigência do contrato.

2.2.4.1 Os chamados acessíveis por meio de ligação telefônica poderão ser limitados, mas não inferior a 05 (cinco) durante todo o período de vigência do contrato.

2.2.5 No mínimo o atendimento inicial a todos os chamados deve ser em língua portuguesa do Brasil.

2.2.6 O serviço deve utilizar roteiros de atendimento pré-definidos para cada tipo de ocorrência, visando padronizar o atendimento, e proporcionar definição de metas e indicadores aceitáveis para o serviço.

2.2.7 O serviço deverá utilizar sistema informatizado para registro e acompanhamento de todo o ciclo de vida dos chamados e incidentes informados pela contratante.

2.2.8 O serviço deve ser estruturado em níveis de atendimento, para escalonamento conforme necessidade.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **2.3 GERENCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS DO CONTRATO DE LICENCIAMENTO MICROSOFT**

2.3.1 A contratada deverá designar um profissional para atuar como Gestor do Contrato de Licenciamento, responsável pela elaboração e acompanhamento de plano de consumo dos benefícios de Software Assurance decorrentes da aquisição de licenças neste edital, garantindo assim o uso eficiente pela contratante.

2.3.2 Em até 15 (quinze) dias após a entrega das licenças, o Gestor do Contrato de Licenciamento deverá agendar reunião com a equipe técnica da contratante para apresentação de todos os benefícios de Software Assurance ao qual a contratante tem direito e elaborar um plano conjunto de consumo destes benefícios.

2.3.3 O planejamento do consumo destes benefícios deverá, obrigatoriamente, apresentar a quantidade de dias de serviço e dias de treinamento caso o contratante tenha direito através dos benefícios Planning Services e Training Voucher respectivamente, e para quais tecnologias estes benefícios poderão ser utilizados.

2.3.4 Os vouchers de treinamento deverão ser planejados para realização de treinamentos oficiais Microsoft em centros de treinamentos credenciados pela Microsoft.

2.3.5 Sempre que for solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá entregar relatório informando como está o andamento da execução das ações que foram planejadas para consumo dos benefícios de Software Assurance, e quais medidas precisarão ser tomadas quando for identificado um desvio do cronograma de atividades.

2.3.6 Os serviços realizados através do consumo dos benefícios do contrato de licenciamento Microsoft ao qual a contratante terá direito oriundo desta contratação, não deverão ter qualquer ônus adicional a contratante.

### **3. DA JUSTIFICATIVA**

**3.1** O Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia vem investindo na modernização de sua infraestrutura de TIC, motivada em grande parte pela demanda crescente de seus clientes, e de forma mais agressiva desde 2013 quando passou a investir grande parte de seu orçamento no licenciamento de softwares para a esta infraestrutura.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**3.2** Como resultado destes 06 (seis) anos de investimento o TRE-RO, atualmente, possui um Data Center definido por software (SDDC - Software-Defined Data Center) dividido em 02 (dois) sites, mas estendido, trabalhando como 01 site único. Para tanto foi necessário o investimento no licenciamento de softwares de virtualização de hardware (SDC - Software-Defined Computing), redes (SDN - Software-Defined Network) e armazenamento (SDS - Software-Defined Storage), sistema operacional e diversos serviços disponíveis aos clientes da STIC.

**3.3** Em sua maioria, os serviços licenciados são da fabricante *Microsoft®* e possuem ativo até o final deste exercício o programa de licenciamento por volume, denominado *SA - Software Assurance* que inclui um conjunto de tecnologias, serviços e direitos para auxiliar a implantar, gerenciar e usar de modo mais eficiente os produtos da *Microsoft*.

**3.4** Além do citado, esse programa disponibiliza as novas versões dos softwares com *SA* ativo, garantindo a manutenção evolutiva destes softwares e a modernização dos serviços com disponibilização de novas funcionalidades.

**3.5** Os seguintes fatores motivaram essa contratação:

- a) Compatibilidade com os *softwares* atualmente em uso;
- b) Facilidade de manutenção, upgrade e integração;
- c) Manutenção dos atuais índices de produtividade;
- d) Eliminar tarefas adicionais e repetitivas, liberando a equipe de TIC para outros projetos e ou atividades.

**3.6** Esta contratação tem como meta alcançar os seguintes resultados:

- a) Assegurar a continuidade dos serviços;
- b) Possibilitar a manutenção evolutiva dos softwares;
- c) Possibilitar o acesso à equipe de especialistas nos produtos para resolução de problemas;
- d) Possibilitar o acesso a novas funcionalidades dos serviços.
- e) Garantir a manutenção de serviços implantados e em uso na instituição.

**3.7 CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DISCIPLINADA PELA RESOLUÇÃO CNJ N. 182/2013:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.7.1 Conforme o Documento de Oficialização de Demanda subscrito pelo senhor Secretário da STI ([0409082](#)), a contratação foi enquadrada no conceito de **Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação** definida pelo Art. 2º, inciso XXVI, da Resolução CNJ n. 182/2013.

3.7.2 Referido normativo prevê que as contratações dessa natureza serão antecedidas por uma fase de planejamento (art. 6º c/c art. 12). As etapas dos estudos preliminares estão listadas no § 1º do artigo 12. Os artefatos constantes dos estudos preliminares foram juntados nos eventos [0455364](#), [0455365](#), [0455366](#) e [0457780](#).

### **4. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:**

**4.1** A contratação apresentada atua para dar cumprimento aos Objetivos Estratégicos traçados pelo CNJ, do Planejamento Estratégico do TRE-RO e das principais ações do PDTI da STI, a saber:

**a) Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020:**

Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI

**b) Planejamento Estratégico do TRE-RO:**

Perspectiva: Pessoas e Recursos:

Objetivo: Aperfeiçoamento da Governança de Tecnologia da Informação.

**c) Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do TRE-RO:**

**Perspectiva:** Cliente.

**Objetivo 1:** Assegurar que os serviços de TIC sejam prestados em conformidade com os padrões pactuados com a governança corporativa do TRE-RO.

**Perspectiva:** Contribuição Corporativa.

**Objetivo 3:** Direcionar as ações internas para assegurar o alinhamento com as deliberações do Comitê Diretivo de TIC (CDTIC).

**Perspectiva:** Processos Internos.

**Objetivo 4:** Aperfeiçoar a gestão de TIC pela atuação na melhoria dos seus processos críticos..

**Perspectiva:** Recursos.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Objetivo 8:** Assegurar que todos os processos apoiados por TIC são mantidos por uma infraestrutura adequada em segurança e disponibilidade.

### **d) Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI**

Objetivo: Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas.

Meta: Atingir índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC de no mínimo 99,5%.

**e) Plano de Contratações de Soluções de TIC 2019, item 14 (evento [0370091](#)):** a contratação pleiteada neste documento encontra-se prevista no referido Plano, autorizado pela Diretoria Geral e Presidência deste TRE-RO. O Plano de Contratações reúne as características de um plano tático-operacional, na medida em que representa um desdobramento do Plano Estratégico em ações dentro do exercício financeiro, sejam elas para apoiar o alcance dos atuais objetivos estratégicos da Instituição, ou mesmo para manter padrões já atingidos, decorrentes dos planos estratégicos anteriores.

## **5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**5.1** De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 07.07.2017.

**5.2** No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. Trata-se, a nosso ver, de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

**5.3** Na mesma linha, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

**5.4** Apesar dos critérios ainda não estarem implantados no TRE-RO, na especificação dos bens **adotou-se como medida sustentável a obrigação**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**da contratada fornecer os materiais de treinamento e manuais em meio digital.**

## **6. DO VALOR ESTIMADO**

### **6.1 ESTIMATIVA DE PREÇO**

6.1.1 A Instrução Normativa STI/MPOG n. 5/2014, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Embora não seja de observância obrigatória por este Órgão do Poder Judiciário Federal, é, sempre que possível, adotada como uma boa prática neste Tribunal.

6.1.2 Referida norma estabelece em seu art. 2º alguns parâmetros para balizar a pesquisa de preços, entre eles, o Pannel de Preços, contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços, pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso.

6.1.3 Ocorre que a pesquisa no banco preço não obteve contratações representativas para a definição do preço em razão de diversas incongruências nos objetos localizados em relação aos itens pretendidos.

6.1.4 Na verdade, obteve-se apenas 1 fonte de preços praticados com a administração pública e para apenas 2 itens do objeto. Contudo, após a ampla pesquisa, inclusive no sítio do banco de preços, observou-se que para os itens aqui pretendidos existem diversos editais em andamento.

6.1.5 Contudo, comprovou-se que os preços obtidos na pesquisa de mercado estão compatíveis com o *Estimated Retail Price (Preço de varejo estimado)*, *valor de revenda ao consumidor final sugerido pela fabricante*

6.1.6 Todo o procedimento de consulta e os preços obtidos estão sistematizados no evento edoc n. [0465013](#) que resultou nos preços estimados registrados no quadro adiante, no valor total estimado de **R\$ 962.056,06** (novecentos e sessenta e dois mil cinquenta e seis reais e seis centavos).

### **Tabela 3 - Valor estimado**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor
<b>LOTE ÚNICO</b>				
01	Exchange Server Enterprise SftSA	02	14.514,92	29
02	Exchange Server Std User CALSA	400	321,50	128
03	Project Professional SL	30	4.489,41	134
04	Project Server SftSA	02	20.301,11	40
05	Project Server User CALSA	100	795,12	79.
06	Sharepoint Server SftSA	02	24.354,52	48
07	Sharepoint Server Std User CALSA	100	445,72	44
08	Skype for Business Server SftSA	03	13.065,62	39
09	Skype for Business Server Std User CALSA	400	147,67	59
10	Skype for Business Server Ent User CALSA	90	503,23	45
11	SQL Server Std Core 2 SftSA	02	11.682,03	23
12	Windows Server Data Center Core 2 LSA	32	4.786,17	153
13	Windows Server Data Center Core 2 SftSA	40	2.053,99	82
14	Windows Server User CALSA	400	135,28	54
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>962.0</b>

## 6.2 CRONOGRAMA DE AQUISIÇÕES

6.2.1 Para o atendimento eficaz da demanda foi dimensionado o cronograma adiante:

Lote	Item	Descrição	Part Number	Quantidade	DEZ/2019
01	01	Exchange Server Enterprise SftSA	AAA-03743	02	02
	02	Exchange Server Std User CALSA	AAA-03439	400	400

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Lote</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Part Number</b>	<b>Quantidade</b>	<b>DEZ/2019</b>
	03	Project Professional SL	AAA-03469	30	
	04	Project Server SftSA	AAA-03718	02	02
	05	Project Server User CALSA	AAA-03374	100	100
	06	Sharepoint Server SftSA	AAA-03713	02	02
	07	Sharepoint Server Std User CALSA	AAA-03354	100	100
	08	Skype for Business Server SftSA	AAA-04626	03	03
	09	Skype for Business Server Std User CALSA	AAA-03384	400	400
	10	Skype for Business Server Ent User CALSA	AAA-03845	90	90
	11	SQL Server Std Core 2 SftSA	AAA-03753	02	02
	12	Windows Server Data Center Core 2 LSA	AAA-30380	32	
	13	Windows Server Data Center Core 2 SftSA	AAA-30385	40	40
	14	Windows Server User CALSA	AAA-03790	400	400

**6.3 ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO**

6.3.1 A despesa decorrente do presente Termo de Referência foi programada/contemplada no Orçamento Anual do exercício de 2019, tendo sido disponibilizado parcialmente, conforme dados do SIGEPRO, mas existe a expectativa de um crédito suplementar para complementar a referida despesa. A presente contratação seguirá o enquadramento da despesa adiante:

<b>Tabela 4 - Enquadramento da despesa</b>	
<b>Item</b>	<b>Enquadramento Orçamentário</b>
1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13 e 14	<b>Categoria:</b> Ordinário <b>Agregador:</b> Operação dos Serviços de Informática. <b>Despesa Agregada:</b> Manutenção de Software <b>Plano Interno:</b> AOSI MANSOF
3 e 12	<b>Categoria:</b> Ordinário



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Tabela 4 - Enquadramento da despesa</b>	
<b>Item</b>	<b>Enquadramento Orçamentário</b>
	<b>Agregador:</b> Reaparelhamento. <b>Despesa Agregada:</b> Aquisição de Software. <b>Plano Interno:</b> AREA AQISOF

6.3.2 Tratando-se de formação de registro de preços, não há necessidade de indicação da dotação orçamentária neste momento (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013).

## **7. DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **7.1. CABIMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

7.1.1 Registra-se que não há SRP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste TR.

7.1.2 Embora o ideal fosse a contratação integral do objeto, as contratações de **forma parcelada** não causará prejuízo ao atendimento da demanda registrada no DOD. Até porque a maioria dos itens podem ser divididos em unidades e não há, neste momento, dotação orçamentária para a aquisição integral da solução.

7.1.3 Conforme registrado na Estratégia para Contratação ([0455366](#)) o registro de preços possibilitará a contratação eventual e futura de parte das licenças e renovações. Garante, ainda que na falta de orçamento, as aquisições restantes sejam realizadas com orçamento do exercício financeiro de 2020.

7.1.4 A situação aqui descrita amolda-se à hipótese de adoção do SRP na forma do art. 3º, II, do Decreto n. 7.892/2013.

### **7.2. REGISTRO DE “IRP”**

7.2.1 Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto 7.892/2013, a Seção de Infraestrutura e Comunicação (SEINC) manifesta-se **DESAVORÁVEL** ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP). Como sabido, os órgãos têm até **8 (oito) dias úteis de prazo para** manifestarem interesse na adesão da IRP. Esse longo período poderá comprometer a aquisição célere pretendida nesta contratação para o atendimento da demanda.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **7.3. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:**

7.3.1 Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

7.3.2 No plano de contas deste Órgão, apenas os itens 3 e 12 são classificados como “bens” (aquisição permanente de softwares que serão incorporados ao patrimônio). Referidos bens não são vinculados aos demais itens de “serviços” (licenças de softwares). **Contudo, justifica-se a possibilidade da utilização da ARP**, haja vista tratem-se de “serviços de prateleira” e não abertos ou customizados, com natureza de mercadoria, conforme definição do Fisco Federal: a revenda de software não customizável (software de prateleira) e suas respectivas licenças de uso definitivas têm natureza comercial, ou seja, de venda de mercadorias (**SC COSIT n. 231, 12/5/2017**). Dessa forma, não se aplica a regras restritiva do § 10 do art. 22 do Decreto n. 7892/2013.

**7.3.3 JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário:** Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão das **especificações dos produtos**, bastantes usuais nos órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

7.3.4 De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.3.5 De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

7.3.6 No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto n. 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e a Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal.

## **8. DO CERTAME LICITATÓRIO**

### **8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

8.1.1 Trata-se de produtos costumeiramente oferecidos pelo mercado especializado. São comuns porque contêm especificações reconhecidas no mercado e objetivamente definidos neste termo de referência. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **para formação registro de preços, do tipo menor preço, por LOTE ÚNICO, na forma de fornecimento**, consoante as condições definidas neste TR e com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002.

### **8.2 JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO:**

8.2.1 **Do agrupamento em lote único:** Além do registrado nos estudos preliminares, item 3.1 da Estratégia da Contratação ([0455366](#)), a opção por agrupar os itens está fundamentada também nas seguintes premissas:

8.2.1.1 **Dependência da solução:** quando analisado sob os aspectos técnicos, constatamos configurado a **interdependência entre algumas versões de software**, restando claro a impossibilidade de atualização/migração de um sem a atualização de outro, caso ocorram itens desertos/fracassados ou inexecuções. Ainda se justifica a junção em lote dos itens para o cumprimento das metas estratégicas que se pretende com a contratação, como a alta disponibilidade e a gestão de riscos de um mesmo ambiente de infraestrutura de TIC, cuja complexidade dos serviços só aumenta à medida que é demandada pelos clientes, e sua sustentação e respectiva entrega estão diretamente associado à qualidade de serviços, satisfação dos usuários de infraestrutura, melhoria contínua dos ambientes de infraestrutura de TIC, bem como a garantia de entrega dos serviços com qualidade.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.1.2 **Gestão da contratação**: neste quesito, ainda que o fornecimento individual dos itens seja tecnicamente viável, gerencialmente é ineficiente, indiretamente antieconômico pois aloca recursos humanos para gestão contratual que poderiam produzir outras demandas mais interessantes para a Administração, além de que pode afetar o andamento das atividades, conforme subitem anterior. Pretende-se, assim, evitar atraso ou ainda ausência de um dos itens que inviabilizem o conjunto da solução ora proposta.

8.2.1.3 **Economicidade**: no tocante à economicidade, particionar o objeto em um maior número de itens poderia impactar diretamente os custos globais da contratação, uma vez que observou-se durante a pesquisa de mercado que o volume dos pedidos gera descontos mais significativos do fabricante para as revendas, garantindo **propostas mais vantajosas**.

8.2.1.4 **Garantia dos resultados**: A contratação por lote único agrega vantagens como maior nível de controle pela Administração na execução das etapas e serviços, a maior capacidade à fiscalização no acompanhamento do contrato, cumprimento de prazos e concentração da responsabilidade técnica em uma só pessoa jurídica para garantia dos resultados.

8.2.2 Destacados a racionalidade e a economia obtida com a gestão de um único contrato. Todos esses fatores reunidos, justificam o agrupamento de acordo com a **Súmula 247 do TCU**.

## **8.3 INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS:**

8.3.1 **Há itens de natureza divisível** com valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Contudo, em função das razões expostas no subitem 8.2, é inaplicável as regras do art. 48, III da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 8º do Decreto n. 8.538/2015, que estabelece a destinação de cota de até 25 % para ME/EPP para itens/lotes compostos por bens divisíveis.

8.3.2 Por sua vez, alguns itens **do lote único poderão ter valor inferior a esse patamar**. Porém, no entendimento desta equipe de planejamento esses itens **NÃO** devem ser destinados exclusivamente à participação das ME/EPP'S, na forma prevista no art. 48, I da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 6º do Decreto n. 8.538/2015. Isso porque pelas razões expostas no subitem 8.2, os itens deverão ser adjudicados a único



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fornecedor, situação que se amolda à exceção disciplinada no art. 48, III da Lei Complementar n. 123/2006 no Art. 10, II, do Decreto n. 8.538/2015.

8.3.3 As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

### **8.4 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:**

8.4.1 A proposta deve ser apresentada de acordo com o modelo do **Anexo I** deste TR, com a cotação dos preços **unitário e total para cada item que compõe o lote único**, expresso em Real, incluídas no valor total todas as despesas diretas e indiretas relativas ao fornecimento dos produtos e serviços, aí incluídos, além de outros, impostos, taxas, despesas com pessoal, fretes e transportes, tributos.

8.4.2 A proposta, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, deverá conter indicação da MARCA, MODELO E PART NUMBER das licenças cotadas.

8.4.2.1 Os quantitativos das renovações indicam as licenças de propriedade do TRE-RO e devem ser cotados para contemplar o prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses. Em razão disso, a licitante deverá declarar que todos os SA - *Software Assurance* ofertados, **EXCETO O ITEM 3**, possuem vigência mínima de 36 (trinta e seis) meses.

8.4.3 O pregoeiro pode solicitar ao licitante a **documentação técnica que comprove o atendimento de todas as especificações exigidas no edital**.

8.4.3.1. A licitante poderá enviar junto com a proposta toda a documentação técnica dos produtos (manuais de configuração, páginas de site oficial do fabricante e quaisquer outras documentações oficiais) para comprovação do atendimento das características técnicas do objeto.

8.4.4 A licitante deverá constar na lista de revendedores qualificados como LSP (*Large Solution Partners*) habilitado a atender contas do governo, disponível no sítio do fabricante (<https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/Parceiros%20LSP>).

8.4.4.1 É facultado ao pregoeiro verificar o atendimento da exigência acima por meio de consulta ao sítio eletrônico do fabricante.

8.4.4.2 Caso a licitante não atenda ao subitem 8.4.4, deverá apresentar anexada a sua proposta, em via original ou em copia autenticada, declaração da Microsoft comprovando que pode operacionalizar/vender acordos de volume MPSA (*Microsoft Products and Services Agreement*) para o setor público.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.4.5 Serão desclassificadas as propostas em desacordo com as regras definidas nesta seção.

### **8.5 DO DIREITO DE PREFERÊNCIA REGULAMENTADO PELO DECRETO N. 7.174, DE 12/5/2010 E DECRETO N. 8.184 DE 17/1/2014:**

8.5.1 Tratando-se de licenciamento de software e programa de licenciamento, não se aplicam direitos de preferência dos aludidos regulamentos.

### **8.6 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO ESPECÍFICA:**

8.6.1 As licitantes deverão apresentar atestados de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público, que comprovem o:

**Tabela 5 - Atestados de capacidade técnica**

Fornecimento de **licenciamento de software ou renovação de programa de licenciamento por volume (SA - Software Assurance)**, por meio de contrato de produtos e serviços da Microsoft (**MPSA - Microsoft Products and Services Agreement**) para a Administração Pública, em quantitativo similar ao pretendido nesta contratação.

8.6.2 Deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

**8.6.3 Não serão aceitos atestados de pessoa jurídica de direito privado.**

8.6.3.1 Justifica-se o **impedimento de atestados de pessoa jurídica de direito privado** porque o fornecimento para este segmento não garante que a licitante esteja habilitada a fornecer para setor público, de acordo com o próprio fabricante dos softwares.

8.6.4 Será permitida a somatória de atestados.

8.6.5 O Pregoeiro poderá entrar em contato com os gestores dos contratos, realizar visita ou reuniões com as entidades emissoras dos atestados como forma de sanar eventuais dúvidas e atestar a veracidade das informações apresentadas. Todas as informações necessárias à comprovação da idoneidade dos atestados poderão ser solicitadas para averiguação, tais como: cópia do contrato que deu suporte à contratação, Relatórios Técnicos de Controle ou Execução do Contrato, Notas Fiscais, Ordens de Serviço,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

endereço e telefones dos gestores do contrato e local em que foram prestados os serviços.

### **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1** Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.

9.1.1 A adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI.

9.1.2 Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação.

9.1.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**9.2** Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

**9.3** Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no **Art. 48, § 2º c/c Art. 49, ambos do Decreto n. 10.024/2019**, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.

**9.4** É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

**9.5** A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

**9.6** Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

## **10. DO CONTRATO**

### **10.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:**

10.1.1 Em face das demandas e na existência de disponibilidade orçamentária para a contratação, a compromissária da ata de registro de preços será formalmente convocada, dentro do prazo de validade, para contratar com a Administração.

10.1.2 O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa, na forma do art. 62, “caput”, e §4º da Lei n. 8.666/93, efetivando-se a relação contratual no ato da retirada da nota de empenho pela adjudicatária. **Integram o contrato substituído pela nota de empenho, todas as regras, prazos, condições e obrigações constantes do edital do certame e seus anexos, deste termo de referência e da proposta da contratada.**

10.1.3 À relação contratual, além das disposições previstas neste instrumento, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e suas alterações subsequentes, o Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 e supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil brasileiro.

10.1.4 Como condição para a emissão da nota de empenho, a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir as certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trabalhistas e do Conselho Nacional de Justiça. **Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a compromissária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.**

10.1.5 A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

10.1.6 A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

10.1.7 - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela compromissária.

10.1.8 - O descumprimento injustificado pela compromissária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação - **situação em que os demais licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições do compromissária (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93)** - sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

## **10.2 PRAZOS DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

10.2.1 **Prazo de entrega:** 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho.

I - O software e chaves de ativação deverão ser disponibilizados através do site de gerenciamento de licenças do fabricante do software adquirido, no qual seja possível efetuar *download*;

II - As notas fiscais deverão ser entregues, em via eletrônica, no endereço de email **contratosti@tre-ro.jus.br**. Diante da total impossibilidade de envio eletrônico, poderão ser protocoladas no TRE-RO, sito à Av. Presidente Dutra, 1889 - Baixa União, Porto Velho/RO - CEP 76.805-901.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.2.2 Recebimento provisório:** A disponibilização das licenças e o recebimento das notas fiscais, configuram o recebimento provisório;

I - Constatado o fornecimento incompleto ou divergência do produto, as licenças poderão ser rejeitados, no todo ou em parte.

II - Obriga-se a contratada a substituir os produtos, às suas expensas, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de notificação do fiscal ou gestor do contrato. Nessa situação, será reaberto novo prazo para fins de recebimento definitivo.

**10.2.3 Recebimento definitivo:** 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após comprovação de todas as especificações exigidas. O recebimento definitivo dar-se-á mediante termo circunstanciado formalizado pelo servidor ou comissão encarregada pelo recebimento.

10.2.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da utilização dos software.

## **10.3. GARANTIA E ATENDIMENTO AOS CHAMADOS TÉCNICOS:**

10.3.1 A garantia dos itens e assistência técnica, incluindo suporte técnico, é de responsabilidade do fornecedor, ainda que prestada pelo fabricante, dentro do prazo de vigência do programa de licenciamento por volume (SA - *Software Assurance*).

10.3.2 A contratada deverá fornecer recurso, disponibilizado via portal de licenciamento do próprio fabricante, que faça a validação e verificação do quantitativo de licenças e o prazo de vigência do *Software Assurance*;

10.3.3 Durante o período de vigência do *Software Assurance*, o licitante se compromete disponibilizar, via portal de licenciamento do próprio fabricante, as novas versões dos softwares e respectivas chaves de ativação, sem ônus para a contratante;

10.3.4 A abertura de chamados técnicos poderá ser realizada por meio do uso de sistema on-line (Web), telefone 0800 ou e-mail;

10.3.5 No ato de abertura do chamado técnico, deverá ser fornecido, pela contratada, um código de identificação que permita a equipe técnica da contratante obter informações do andamento do atendimento;

10.3.6 O prazo de vigência do *Software Assurance* será contado a partir do ateste do recebimento definitivo na Nota Fiscal.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **11. DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **11.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

11.1.1 Requisitar o fornecimento dos itens que integram a solução, após sua contratação.

11.1.2 Receber os produtos que integram a solução nos prazos e condições estabelecidos no subitem 10.2 deste TR.

11.1.3 Analisar, conceder ou denegar pedidos de prorrogação de prazo para entrega de bens ou execução ou de correção dos serviços.

11.1.4 Anotar em registro próprio as inconformidades e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam o reparo ou substituição dos bens e serviços.

11.1.5 Prestar as informações e esclarecimentos solicitados pela contratada relacionados e necessários à execução do objeto.

11.1.6 Iniciar e acompanhar os chamados técnicos, elaborar relatórios com as conformidades e desconformidades dos serviços prestados.

11.1.7 Promover o acompanhamento e a fiscalização, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, registrar no processo as falhas detectadas e comunicar à contratada quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

11.1.8 Notificar a contratada para o cumprimento das obrigações assumidas, sob pena da aplicação de penalidades.

11.1.9 Adotar todas as demais medidas respaldadas pela legislação e pelas regras da contratação para garantir a plena execução do objeto do contrato e de todas as demais obrigações estabelecidas.

### **11.2 DO PAGAMENTO**

11.2.1 O pagamento será realizado mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, observada as seguintes regras:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.2.1.1 As faturas originadas nas notas fiscais devem conter prazo de vencimento hábil para os procedimentos do recebimento provisório e definitivo acrescido do prazo de 10 (dez) dias para realização do pagamento.

11.2.1.2 Na ocorrência de substituições, os prazos para os pagamentos ficam automaticamente prorrogados para contemplar a fase de recebimento dos produtos substitutos. Nessa situação a contratada deverá adotar todas as medidas de sua responsabilidade para a prorrogação do prazo de vencimento da fatura.

11.2.2 Sendo identificada **cobrança indevida**, os fatos serão informados à contratada e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

**11.2.3 JUSTIFICATIVA PARA O PAGAMENTO ANTECIPADO DOS SERVIÇOS AGREGADOS DE MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES:** É aplicável o pagamento antecipado dos serviços porque:

I - Art. 15, inciso III, da Lei n. 8.666/93 estabelece uma regra geral para as aquisições públicas, dispondo que essas devem se submeter às condições de aquisição e pagamento semelhantes àquelas do setor privado, sendo a regra do mercado o pagamento antecipado tão logo iniciada a prestação dos serviços pela contratada;

II - Os serviços serão efetivamente prestados porque atrelados aos softwares instalados no TRE-RO, não ocorrendo, portanto, as vedações registradas no Acórdão TCU n. 2569/2018-Plenário.

11.2.4 Aos pagamentos serão realizadas as retenções legais.

11.2.5 No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e a Justiça do Trabalho;

11.2.6 Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada.

11.2.7 Sendo identificada cobrança indevida **após o pagamento da fatura/nota Fiscal**, os fatos serão informados à contratada para que seja



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança, se houver ou para devolução do valor.

11.2.8 Nos eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação - que será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência e calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = \frac{0,00016438}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.2.8.1 A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

### **11.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

11.3.1 Cumprir todas as obrigações estabelecidas neste TR, no edital, no contrato e na sua proposta.

11.3.2 Fornecer os produtos obedecendo rigorosamente os prazos, condições e especificações deste Termo de Referência.

11.3.3 Substituir, as suas expensas, os produtos recusados no prazo definido neste TR.

11.3.4 Disponibilizar, via portal de licenciamento do fabricante, acesso para validar o quantitativo de licenças e respectiva vigência do *Software Assurance*, bem como para *download* dos softwares e suas chaves de ativação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.3.5 Possibilitar a abertura de chamados técnicos por meio do uso de sistema on-line (Web), telefone 0800 ou e-mail.

11.3.6 Responder por quaisquer compromissos assumidos junto a terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;

11.3.7 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto do contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços.

11.3.8 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;

11.3.9 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas ao acordo entre as partes;

12.3.10 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega de qualquer produto, os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos, com a devida comprovação e solicitar prorrogação do prazo original.

11.3.11 Manter-se durante toda a execução do contrato e apresentar no momento do pagamento, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3.12 Cumprir todas as demais regras e condições estabelecidas por este termo, pelo edital, pelo contrato, como também todas as demais obrigações legais e regulamentares aplicáveis à execução dos serviços.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1 SANÇÕES MORATÓRIAS:** Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

12.1.1 Descumprir, de forma injustificada, o prazo determinado para entrega dos produtos adquiridos:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o(s) produto(s) não recebidos;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o(s) produto(s) não recebidos;
- c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado para o(s) produto(s) não recebidos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

12.1.2 Descumprir de forma injustificada os prazos fixados pelo fiscal ou gestor do contrato para o cumprimento das demais obrigações contratuais, contados do recebimento da notificação:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;
- b) De 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis: multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;
- c) Mais de 10 (dez) dias úteis: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**12.2 SANÇÕES PUNITIVAS:** Pela inexecução parcial ou total do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

12.2.1 Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

12.2.2 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

12.2.3 Suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

12.2.5 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10.520/02).

**12.3** Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**12.4** O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário**).

**12.5** A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

**12.6** Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**12.7** As multas não eximem o contratado da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**12.8** O procedimento para aplicação de sanções ao contratado observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## **13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**13.1** A gestão do contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação, ou quem suas vezes fizer.

**13.2** A fiscalização técnica do contrato será exercida pelo titular da Seção de Infraestrutura e Comunicação, ou quem suas vezes fizer.

**13.3** A existência de fiscalização da contratante de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da contratada por qualquer vício ou defeito presente nos bens fornecidos.

## **14. DOS ANEXOS**

**14.1** É anexo único do presente Termo de Referência o Modelo de proposta detalhada.

Em 18 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assistente de Gabinete, em 18/10/2019, às 09:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FILIPE TEIXEIRA**, Chefe de Seção, em 18/10/2019, às 10:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **RUZEVAN SARAIVA DA SILVA, Coordenador(a)**, em 18/10/2019, às 10:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0001158-67.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

ASSUNTO: **Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico n. 34/2019** – Formação de Registro de Preço – Licenças de software.

**PARECER JURÍDICO Nº 0486282 / 2019 - PRES/DG/AJDG**

**I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela **Seção de Governança e Controle – SEGOV**, com o objetivo de eventual contratação de **renovação de programa de licenciamento por volume MPSA (Microsoft Products and Services Agreement) para manutenção, atualização e suporte técnico por um período de 36 (trinta e seis) meses e aquisição de novas licenças de softwares Microsoft®**. via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO).

**02.** Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico ([0476860](#)) referente a pretendida contratação, o qual logrou aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº 0478532/2018-PRES/DG/AJDG.

**03.** Em seguida, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 34/2019 ([0479436](#)) em 22/11/2019, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0479437](#) e [0480471](#)).

**04.** Houve quatro solicitações de esclarecimento referente à descrição de alguns itens ([0482506](#), [0483635](#), [0484781](#) e [0484783](#)) e uma impugnação ao edital julgada improcedente ([0484779](#)).

**05.** Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) relatório de propostas ([0484787](#));
- b) proposta inicial da empresa LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S.A., CNPJ nº 19.877.285/0002-52 ([0484790](#))
- c) documentos de habilitação da empresa mencionada ([0484791](#), [0484792](#) e [0484793](#));
- d) manifestação favorável da unidade técnica quanto aos documentos mencionados ([0484863](#));
- e) propostas ajustadas da licitante citada ([0485261](#) e [0485404](#));

**06.** Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0485420](#)), Resultado por Fornecedor ([0485423](#)), Termo de Adjudicação ([0485424](#)), Resultado de Licitação e comprovante de envio desta ao Diário Oficial da União – DOU e ao Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0485432](#) e [0485446](#)).

**07.** Por fim, em seu relatório ([0462342](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0485449](#)). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2019**

**08.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

**09.** Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19.

**10.** Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital:** Houve 4 (quatro) pedidos de esclarecimentos, tendo sido devidamente respondidos ([0482506](#), [0483635](#), [0484781](#) e [0484783](#)). Esclarece-se que dois foram intempestivos.

Houve impugnação ao edital julgada improcedente ([0484779](#)). A empresa SONDA PROCWORK INFORMÁTICA LTDA impugnou os itens **9.3, a.3**, de vedação de apresentação de atestado de capacidade técnica apresentado por pessoa jurídicas de direito privado, e **9.3, a.1**, sobre a previsão de que o fornecimento de licenças e renovações a serem atestadas sejam amparadas em contratos MPSA. Em sua decisão, o pregoeiro aduz que estes temas já foram objeto de análise em pedido de esclarecimento, no qual a unidade técnica explicou que tal exigência ocorre devido a imposição do próprio mercado e do alto grau de informatização deste Tribunal. Apesar disso, por cautela, consultou-se novamente a unidade técnica que manteve suas justificativas. Assim, por não haver nenhuma novidade com força para alterar o esclarecimento já prestados, o pregoeiro adotou o posicionamento da unidade técnica com fundamento e julgou improcedente a impugnação.

**b) Desclassificação de propostas:** Não houve.

**c) Lances:** Os melhores lances para todos os itens deste estão registrados em demonstrativos do sistema Comprasnet ([0484787](#)) e todos os lances do certame na Ata do Pregão ([0485420](#)). Não houve recusa de lances.

**d) Fase de negociação/aceitação:** As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas no quadro constante do item V do Relatório do Pregoeiro ([0485448](#)), cuja as justificativas demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação da proposta estabelecidos no instrumento convocatório.

**e) Cancelados na aceitação:** Não houve.

**f) Item deserto:** Não houve.

**g) Fase de Habilitação:** O pregoeiro habilitou a licitante LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMATICA S/A CNPJ 19.285.285/0002-52 ([0484791](#), [0484792](#) e [0484793](#)).

**h) Recursos:** Não houve registro de intenção de recurso.

**11.** Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

**12.** É importante registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0485420](#)).

**13.** Quanto ao fracasso do referido certame, é importante observar, a viabilidade da contratação direta fundamentada nos preceitos do art. 24, V, da Lei n. 8.666/93.

**14.** Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

### **III – DA CONCLUSÃO**

**15. Ante o exposto**, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0485424](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

**16.** Cabe ressaltar que, oportunamente, deverá vir aos autos a comprovação da publicação do resultado desse certame no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 10/12/2019, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 10/12/2019, às 11:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001158-67.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação

ASSUNTO: Aquisição de novas licenças de softwares Microsoft.  
Homologação de Pregão Eletrônico n. 034/2019.

**DESPACHO Nº 6373 / 2019 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela **Seção de Governança e Controle – SEGOV**, com o objetivo de eventual contratação de **renovação de programa de licenciamento por volume MPSA (Microsoft Products and Services Agreement) para manutenção, atualização e suporte técnico por um período de 36 (trinta e seis) meses e aquisição de novas licenças de softwares Microsoft®**. via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação, oriundo do Pregão Eletrônico n. 34/2019 ([0479436](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0485420](#)); o Resultado por Fornecedor ([0485423](#)); Relatório do Pregoeiro ([0485448](#)) relatando as principais ocorrências do certame; Resultado de Licitação ([0485432](#)) e o comprovante de envio para publicação ([0485446](#)).

Constam nos autos 4 (quatro) pedidos de esclarecimento, sendo dois deles devidamente respondidos ([0482506](#) e [0483635](#)) e outros dois julgados intempestivos ([0484781](#) e [0484783](#)). Houve uma impugnação ao edital, a qual foi julgada improcedente ([0484779](#)). Não houve registro de intenção de recurso.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora a licitante LANLINK SOLUCOES E COMERCIALIZACAO EM INFORMATICA S/A, CNPJ n. 19.877.285/0002-52, valor R\$ 946.632,73. Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora.

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0485424](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, com a ressalva de que deverá vir aos autos a comprovação da publicação do resultado desse certame no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral ([0486282](#)).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, a SLC juntou a comprovação da publicação do resultado no DOU e no DJE ([0486419](#)).

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0485420](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretoria-geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 34/2019**, consoante Termo de Adjudicação ([0485424](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/12/2019, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190237

Disponibilização: 16/12/2019

Publicação: 17/12/2019



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE ATA REGISTRO PREÇOS**

Espécie: Extrato da Ata de Registro de Preços nº. 90/2019, decorrente do Pregão Eletrônico 34/2019/TRE-RO. Processo SEI 0001158-67.2019.6.22.8000. 1ª) ARP nº. 90/2019 – Adjudicatária: **LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZACAO EM INFORMÁTICA S/A**,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CNPJ: 19.877.285/0002-52. Objeto: **I) Grupo/Lote 1 do Edital.** Contratação de serviços diversos para uma eventual renovação de programa de licenciamento por volume MPSA (Microsoft Products and Services Agreement) para manutenção, atualização e suporte técnico por um período de 36 (trinta e seis) meses e aquisição de novas licenças de softwares Microsoft®. Valor total do Grupo/Lote 1 da ARP: R\$ 946.362,73. Vigência das ARP: 12 meses a contar da publicação no D.O.U. Assinada por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral do TRE-RO, e pelo representante da empresa em 16.12.2019.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA**, Técnico Judiciário, em 16/12/2019, às 14:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.